



“Aí eu não aguentei e explodi”. A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela

Camila Fernandes

Universidade Federal Rio do Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2446-1760>

fernandesv.camila@gmail.com

RESUMEN

La maternidad como representación colectiva se sitúa en un campo lleno de polivalencias. Si, por un lado, tenemos una abundancia imaginaria de devoción, sacrificio y amor maternal, por otro, tenemos sentimientos de odio, nerviosismo y cansancio igualmente presentes. Sin embargo, aunque los sentimientos “positivos” se transmiten socialmente, las expresiones “negativas” de maternidad a veces son censuradas, sofocadas o tema de escrutinio público. Desde el trabajo de campo con mujeres que viven en favelas, trato de pensar en la ira y el nerviosismo que las mujeres pobres experimentan en relación con sus hijos. En el curso de la investigación realizada con residentes e instituciones estatales, las mujeres “nerviosas” formaron parte de un sistema social de acusaciones de disturbios. Dichas mujeres son criticadas por golpear, humillar y castigar a sus hijos. Al escuchar las historias de estas mujeres sobre sus relaciones de cuidado, analizo el lugar de la ira y el nerviosismo en un terreno marcado por la atención obligatoria, precariedad múltiple y violencia estatal.

Palabras clave: *mujeres, madres, nerviosismo, ira, agresividad, violencia.*

“I couldn’t stand it and exploted”. The expression of feminine “nervousness” in the care of children in the favela territories

ABSTRACT

Motherhood as a collective representation is situated in a field full of ambivalence. If, on the one hand, we have an imaginary abundance of devotion, sacrifice and maternal loving, on the other, we have feelings of hatred, nervousness and tiredness equally present. However, while “positive” feelings are adequately socially conveyed, “negative” expressions of motherhood are sometimes censored, stifled or worthy of public scrutiny. Based on field work carried out with women living in favelas, I examine the anger and nervousness that poor women experience in relation to their children. In the course of research conducted with residents and state institutions, “nervous” women were part of a system of accusations about social disorders. Such women are criticized for beating, humiliating and punishing their children. Listening to the stories of these women about their care relationships, I analyze the place of anger and nervousness in a terrain marked by compulsory attention.

Key words: *women, mothers, nervous, anger, aggressiveness, violence.*

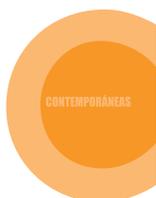
Recibido: 30 de agosto de 2019

Aceptado: 13 de febrero de 2020

Cómo citar este artículo: Fernandes, Camila (2020). “Aí eu não aguentei e explodi”. A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela”, *Etnografías Contemporáneas*, año 6, N° 10, pp. 154-178.

“Aí eu não aguentei e explodi”

A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela



Por **Camila Fernandes**¹

Introdução

Esse artigo explora algumas formas de enquadramento da agência feminina compreendidas a partir da expressão do “nervoso”.² Na descrição dos contextos analisados, busco dar vazão a expressão desse sentimento vivenciado por algumas mulheres mães no exercício do cuidado de seus filhos. Ao longo da discussão, o sentimento de “nervoso” aparece articulado a outras relações produtoras de tensão, tais como situações de precariedade, a responsabilidade solitária na criação dos filhos e a necessidade de evitar que outras violências atinjam as crianças. Durante a exposição, busco pensar nas possibilidades de exercício do cuidado em meio a contextos de vulnerabilidade, violência militarizada e racismo de Estado (Foucault, 1975). Ao final, proponho uma reflexão sobre o caráter produtivo do sentimento de “nervoso” em meio a um contexto social que estimula a reificação de comportamentos femininos dóceis e domesticados.

1 Doutora em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ) e mestre em Antropologia (PPGA/UFF). Pesquisadora do NuSEX – Núcleo de Estudos em Corpos, Gênero e Sexualidades (PPGAS/MN/UFRJ) e do LACED – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento. Atualmente atua como pós-doc no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/MN). E-mail: fernandesv.camila@gmail.com.

2 Utilizo as formulações do sociólogo Erving Goffman (2012) sobre enquadramento social. No estudo da interação entre as pessoas, Goffman analisa as formas de enquadramento, pensando de que modo determinadas situações são “lidas” ou apreciadas socialmente a partir de diferentes “frames”.

A discussão é parte de uma pesquisa maior sobre sexualidade, reprodução, raça e gestão estatal em territórios de favelas (Fernandes, 2017). A pesquisa foi realizada em um complexo de favelas localizado na Zona Norte no Rio de Janeiro (Brasil). O trabalho de campo teve início em março de 2014 e se desenvolveu até janeiro de 2016. Durante a pesquisa, acompanhei redes de cuidados de crianças tecidas entre familiares, vizinhos, amigos e instituições públicas. Ao acompanhar essas redes de atenção, me concentrei em dois espaços específicos, as creches públicas e as casas que “tomam conta” de criança na vizinhança.³ Além desses espaços, circulei entre escolas, hospitais e clínicas da família. Durante o trabalho de campo, pude conversar e entrevistar profissionais das administrações públicas (Teixeira & Souza Lima, 2010).⁴

Para situar as mulheres interlocutoras da pesquisa, cabe indicar que elas são moradoras de territórios de favela. Em relação a identificação racial, são majoritariamente negras (pretas e pardas) com a presença de mulheres brancas. Muitas mulheres possuem trajetória de migração de outras regiões do país (Norte, Nordeste e Centro Oeste), incluindo também os deslocamentos internos à região Sudeste, em especial, de áreas rurais e da baixada fluminense. No campo das atividades profissionais, as mulheres trabalham no setor de serviços; comércio, serviços de saúde, babás, empregadas domésticas e setor de limpeza. Além do trabalho fora de casa, a grande maioria é a única responsável pelo cuidado doméstico e das crianças, mesmo quando há um companheiro na residência familiar. A idade das mulheres varia entre 23 a 65 anos de idade, incluindo mães e avós. Adolescentes e crianças também foram ouvidos e suas falas aparecem no decorrer do texto.

Em relação a metodologia do trabalho de campo, a etnografia realizada buscou articular dois planos analíticos distintos e entrecruzados. Um diz respeito aos enquadramentos feitos por profissionais das administrações públicas nas suas formas de atenção às mulheres e o outro se refere aos pontos de vistas das mulheres mães sobre o exercício do

3 As creches públicas são equipamentos de atenção infantil ofertados pelo Estado através do poder municipal. As casas de “tomar conta”, são espaços em que mulheres moradoras de favela e bairros periféricos cuidam de crianças em suas próprias casas.

4 Utilizo a categoria “administração pública” no sentido trabalhado pelos antropólogos Antônio Carlos Souza Lima e Carla Teixeira (2010). Os autores desenvolvem análises no campo da Antropologia do Estado, buscando trabalhar as muitas faces da gestão governamental. O plano das administrações se refere ao plano burocrático empreendido por profissionais que atuam nas instituições. Estes profissionais são mediadores da dimensão normativa, abstrata e prescritiva das leis ao mesmo tempo em que atuam no plano pragmático da ação estatal. São profissionais que trabalham “na ponta” ou “no balcão” como desenvolvido no trabalho da antropóloga Maria Gabriela Lugones (2012). Explico, pois, que apesar de situar as profissionais a partir de suas posições profissionais, optei por ocultar seus nomes com o objetivo de garantir o sigilo das trabalhadoras diante de suas atuações.

“Aí eu não aguentei e explodi”. A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as...

Imagem 1. Grafite Morro da Mineira. Trabalho de campo, 2016



cuidado dos seus filhos. Ao ouvir às mulheres, busquei acompanhar de que forma elas significam o “nervoso” experienciado no cotidiano com as crianças, tentando conferir escalas de inteligibilidade a esse sentimento.

Da parte dos profissionais das administrações públicas, cabe explicar que parte considerável deles possui origem em territórios periféricos e muitos são moradores de áreas populares. Seja na creche, na clínica da família ou nas escolas, a maior parte das profissionais é composta por mulheres. Em relação a trajetória profissional, situam-se pessoas com formação universitária e formação escolar básica. Portanto, temos profissionais voltados ao cuidado das pessoas, atuando em áreas da assistência social, saúde, educação e segurança. As posições profissionais variam. Nas creches públicas, temos diretoras, professoras, auxiliares de cozinha e limpeza. Nas escolas públicas, temos diretoras, professoras e técnicas (assistentes sociais e psicólogas). Na clínica da família, encontramos psicólogas e médicas. Em resumo, essas são profissionais engajadas em circuitos de cuidados nos quais prever, controlar e regular fazem parte do conjunto de ações e valores ético-morais que estruturam as relações em jogo (Lugones, 2017).

Durante as interlocuções realizadas na pesquisa, foi comum ouvir menções a existência de “mulheres nervosas” na criação das crianças. Na escuta dessas indicações, acompanhei de que forma alguns conflitos sociais vividos no território eram associados ao comportamento feminino.

Em linhas gerais, o “nervoso” das mulheres é localizado como um elemento nocivo a ordem social, uma vez que de acordo com as narrativas dos profissionais e moradoras do morro, crianças criadas “na base do esporro”, “com violência” e “falta de amor” se tornam pessoas potencialmente perigosas ou “desestruturadas”

Durante o período de pesquisa nas instituições, a “má criação” dirigida às crianças foi mencionada através de categorias tais como, “negligência”, “abandono”, “falta de estrutura”, “falta de amor” e “desapego”. A expressão “mãe violenta” ou “mãe agressiva” foi enunciada em alguns momentos para identificar determinadas mulheres. Ao tematizarem sobre o tema da “violência”, as profissionais se dizem consternadas com mulheres que na prática, “humilham”, “xingam” e “batem nas crianças sem qualquer motivo”. Para essas profissionais, estas formas de tratamento muitas vezes não são percebidas como “violência” por parte das mulheres, o que causa mais estranhamento por parte das equipes.

Em meio aos discursos das profissionais, os moradores de um modo geral, também apontavam algumas mulheres especialmente “nervosas” nos tratos dos filhos. Essas mulheres são vistas como “destemperadas”, “desequilibradas” e algumas vezes “ruins” ou “maldosas”. Nesse contexto, seja no âmbito da enunciação popular ou das administrações estatais, o “nervoso” feminino tem sua origem em uma “sexualidade errada” atribuída a mulheres, pobres, negras e moradoras de favelas.

A “sexualidade errada” diz respeito ao exercício de uma suposta sexualidade livre e (re) produtora de filhos feitos em grande quantidade. Nas acusações cotidianas, mulheres oriundas de favelas são responsáveis por fazer proles numerosas, seja com a intenção de extrair benefício social do governo ou por desleixo com a sexualidade e capacidade reprodutiva. “Crianças que nascem sem planejamento”, conforme registram os profissionais das administrações, fundamentam a crença em mães que não desejaram seus filhos “de verdade”, uma vez que os filhos foram feitos “sem desejo, mas por acidente”, como comenta uma médica de um hospital público.

Esse tipo de sexualidade supostamente desregrada seria responsável por mulheres que “se tornam mães, mas no fundo não desejam as crianças”, emenda uma diretora de creche pública. A ausência de “desejo” resultaria no “nervoso” de algumas mães, que estariam despreparadas para o exercício engajado da maternidade. Em alguns casos, de acordo com as narrativas populares, tal “despreparo” e “desequilíbrio” desencadeia no “abandono de crianças”, gesto decodificado pela moralidade local e institucional ora através do sentimento de pena, ora de horror.

Os enquadramentos sobre a “mãe nervosa” não operam de maneira isolada no conjunto de acusações cotidianas das quais as mulheres

pobres participam. Há uma espécie de “carreira moral” (Becker, 2008) entre determinados exemplos de sexualidade desviante. Esse processo se inicia na “novinha”, jovem de classe popular e racializada, a qual é atribuída uma sexualidade lasciva e precoce. A “novinha”, por sua vez, exerce uma sexualidade “ostentação” a partir da exibição de atributos corporais e de uma performance lida como provocadora. Por proceder desta forma, a “novinha engravida cedo demais”, conforme explicam os interlocutores. O filho feito na “hora errada” e fruto de uma “novinha”, desencadeia o destempero da “mãe nervosa”, mulher conhecida por comportamento intenso e oscilante na criação dos filhos. O final desse processo culmina na “mãe que abandona”, mulheres consideradas desertoras da maternidade. Tais formas de enquadramento, dizem respeito a sexualidades femininas consideradas como “erradas”, uma vez que se situam fora dos comportamentos esperados socialmente das mulheres, a saber, polidez, gravidez planejada, responsabilidade e docilidade no exercício da maternidade.

Assim, esta espécie de lógica gerativa e causal entre diferentes modalidades de feminilidade desviante, mostra a articulação poderosa entre sexualidade, gênero, raça, território e reprodução, ao engendrar um movimento que é ao mesmo tempo biológico e social. Ao exerceram uma sexualidade supostamente excessiva, mulheres que fazem “filhos demais” são responsáveis por crianças “sem a menor estrutura”, tal qual indica uma psicóloga entrevistada. A “violência”, narrada quase sempre de forma genérica e localizada na sociedade como um todo, seria explicada a partir da responsabilidade das mulheres na produção de crianças feitas fora do “tempo certo” e que eventualmente podem se tornar pessoas “violentas”, “largados” ou “bandidos”, conforme falas registradas tanto nas instituições como na vizinhança. A partir desse esquema cognitivo, vemos que o “nervoso” feminino é um elemento chave na explicação de desordens públicas, dramas sociais e precariedade das políticas públicas.

Diante da presença destes enquadramentos, é importante pontuar que a presença de discursos que tomam a maternidade como fonte de problemas sociais não é um fato recente e se constitui como preocupação de especialistas desde o século XIX, a exemplo do trabalho de Elizabeth Badinter sobre o “mito do amor materno” (1985). Na antropologia brasileira, a presença do “nervoso” enquanto uma categoria fundamental no contexto das classes populares foi explorada pelo clássico trabalho do antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte (1998). O autor aborda como o “nervoso” opera como um importante animador de relações, articulando diversos aspectos da vida dos sujeitos. Essas relações não surgem desencarnadas do gênero, mas apresentam fortes diferenças quando analisadas junto a performances masculinas e femininas. Assim

é que, “a mãe” é uma das figuras mais citadas para explicar determinadas “perturbações físico morais” que as crianças possuem, constituindo-se uma das principais personagens na responsabilidade por distúrbios infantis. Este aspecto também está presente nas análises da antropóloga Tânia Salem, quando discute a centralidade da figura materna em meio as relações de gênero nas classes populares, com destaque a força da díade mãe-filho na socialidade feminina, que por sua vez, apresenta-se como um eixo forte de articulação entre “hierarquia e vínculo” (Salem, 2006: 438). Ainda que estas produções guardem determinadas diferenças relativas a contextos e épocas, é possível verificar de que forma a força de algumas afirmações se atualizam durante a pesquisa de campo.⁵

A percepção das mulheres e dos profissionais sobre o “nervoso” feminino

Na observação do cotidiano institucional, é comum que algumas profissionais falem dos “problemas” que as crianças apresentam em alusão ao comportamento materno. Durante a pesquisa na creche, acompanhei discussões sobre as crianças feitas a partir de exemplos negativos de maternidade e expressos da seguinte forma: “a mãe seca”, a “mãe que não dá amor”, “aquela que não liga para os filhos”, “não cuida dos objetos pessoais das crianças” ou que “vive ansiosa pra largar a criança na creche”, dizem as professoras da instituição.

No decorrer da pesquisa, ao ouvir as mulheres e profissionais sobre a percepção do “nervoso”, um campo múltiplo de expressão dos sentimentos foi se desenhando. Nesse sentido, é fundamental lembrar das considerações da antropóloga Veena Das (2007), ao indicar que não há nada de estável nas diferentes situações definidas como “violência”, conceito volátil cujos sentidos são permeados por contradições e disputas. Além dessa perspectiva soma-se a abordagem proposta pela antropóloga Adriana Vianna, que diz respeito a localização da violência associada a “zonas de significação” (2014: 209). Estas zonas dizem respeito a formas de organizar o conjunto de enunciados e categorias a que as pessoas

5 Nesse sentido, registro também o trabalho da historiadora Maria Martha Freire (2008). A pesquisadora mostra a força do discurso maternalista na construção do projeto republicano no Brasil. De acordo com seu trabalho, as práticas de castigos corporais eram consideradas “violentas” e foco das ações repressivas dos higienistas, sendo associada a uma herança da história colonial/escravista e lida como um atraso a civilização (2008). Na década de 90, a pedagoga Dagmar Meyer escreve sobre a “politização contemporânea da maternidade” (2005), chamando atenção para a ênfase na responsabilidade feminina através dos discursos estatais, não apenas na condução da educação dos filhos, mas também no papel de eliminação da pobreza, doenças, analfabetismo e todo um conjunto de ações de suporte a saúde das crianças e das famílias (2005).

se referem, mobilizam e acionam no cotidiano das suas vidas. Conforme proposto pela autora, veremos como outras “violências” se articulam em relação à “agressividade” feminina.

Em perspectiva semelhante, valendo-me do caminho produtivo explorado pela antropóloga Maria Filomena Gregori (1993), a propósito do caráter comunicacional da violência, entendo os fragmentos do cotidiano como “atos de linguagem”. As “cenas” aqui narradas, não se referem a atitudes isoladas dos sujeitos, mas mobilizam roteiros familiares e cotidianos que falam de relações de poder articuladas com outros actantes. Por isto, não procuro tratar as “violências” como um dado a priori, nem como categoria auto evidente, mas tento acompanhar a forma como minhas interlocutoras narram suas experiências. Ao fazer esse caminho, busco me ater ao caráter relacional da violência e sobretudo “vitalmente hierárquico” que tais cenas explicitam, assim como proposto pela antropóloga Maria Elvira Díaz-Benítez (2019: 55). A partir destas indicações, percorremos fronteiras, linhas de tensão e territórios instáveis de cuidado, afeto, raiva e “nervoso”.⁶

A primeira enunciação relativa ao nervoso das mulheres diz respeito a categoria “palmada”. Ao tratar desse tema, muitas mulheres, crianças e adolescentes com os quais conversei discorriam sobre o assunto através do riso. Durante as conversas, as mães narraram algumas brigas e conflitos dentro de casa com o tom do humor, ao mesmo tempo em que debochavam das indicações sobre uma educação livre de castigos físicos. Jovens adultos também lembram das cenas de “palmadas” que receberam quando crianças e riam das vezes que eram castigados por suas mães. Ao relembrar dessas cenas, esses jovens diziam que apanhavam porque mereciam: “eu chateava minha mãe até ela não aguentar mais e me bater, coitada, ela tinha razão! Eu merecia”, entre frases ditas em meio a recordações de comédia. Murilo, um jovem adulto muito simpático que trabalha em uma feira no bairro do Estácio, narrou-me uma cena da sua infância em que a mãe havia lhe pedido para varrer o quintal de casa. Murilo se negava constantemente, a ponto de sua mãe perder a paciência e lhe bater nas pernas com o cabo de vassoura: “você não vai varrer? Agora já tem motivos!”, dizia a mulher “nervosa” enquanto deferia golpes em suas pernas. Apesar de tal episódio não se referir a prática das “palmadas”, Murilo conta das lembranças de infância aos risos e piadas.

6 Além destas indicações, indico que essa abordagem é tributária de trabalhos que tratam do fenômeno da violência em coexistência com o campo dos prazeres e amores. Sentimentos positivos e negativos socialmente não são pensados em oposição, mas em uma articulação contínua (Vance, 1982; Gregori, 2008; Díaz-Benítez, 2015).

É importante registrar a polissemia relativa a forma de interpretação e significação do “nervoso” feminino e materno nos cuidados. Ao mesmo tempo em que alguns castigos são narrados a partir do humor, eles também são vistos como capazes de instaurar dramas sociais ou traumas individuais nas crianças, como mostra a pesquisa da antropóloga Fernanda Bittencourt Ribeiro a propósito das discussões sobre “a lei da palmada” (2013).⁷

Contudo, o sentido mais comum acionado pelas mulheres, indica que bater nos filhos consiste em uma estratégia enérgica para educação das crianças, que caso não sejam controladas mediante os castigos físicos, podem vir a apanhar de “bandido” ou “da polícia”, seja na rua ou no futuro. “É melhor apanhar em casa, do que apanhar na rua”, conta Marcela, mãe de uma criança. Assim, bater nos filhos é um gesto que está profundamente conectado a um aprendizado corporal de preparação para as adversidades do mundo exterior, sendo uma forma de ajuste da criança com o objetivo de viver em um mundo difícil.⁸

As crianças são moradoras de um território periférico, racializado e racializador, nos quais a presença da ação militarizada, seja dos agentes de Estado, ou do poder armado local é permanente.⁹ Movimentos so-

7 No contexto político brasileiro, a antropóloga analisa a força empenhada por uma “frente discursiva” composta por diferentes especialistas que afirmam a presença de uma cultural “mania de bater”. De acordo com os especialistas, essa “mania” seria resquício de uma herança colonial que explica a violência encontrada na sociedade brasileira. Na retórica da construção da lei, vemos a consolidação de uma chave compreensiva para “violência”, que indica uma relação de causalidade entre os castigos corporais empreendidos nas famílias e a “violência do mundo”. Adiante, Ribeiro analisa os argumentos que embasaram a construção da “lei da palmada”, a exemplo dos “danos à arquitetura cerebral” das crianças. Deputados e médicos, investidos de autoridade enquanto “cientistas”, insistiram nas consequências neurológicas negativas das “palmadas”, acionando a legitimidade de laudos e pesquisas médicas para indicar que os castigos físicos são responsáveis pela presença de estresse, agressividade e destruições das conexões neurais (Ribeiro, 2013).

8 No Brasil, as sociólogas Helena Hirata, Nadya Araujo Guimarães e Bila Sorj ao lado de outras pesquisadoras acadêmicas e feministas analisam o caráter polissêmico das atividades de cuidado, pensando nos dilemas morais e políticos que essas atividades engendram, a exemplo das discussões sobre desigualdade social, divisão sexual do trabalho e políticas públicas (Hirata & Guimarães, 2012. Sorj, 2013). Ao lado desses aspectos, no plano da cultura popular, acredito que as atividades ligadas ao campo dos cuidados ainda remetem simbolicamente às raízes da teologia cristã e encontram-se carregadas por uma forte aceção caridosa, purista e bondosa que o termo evoca (Boff, 1999). Logo, é importante registrar a dimensão constrangedora e coercitiva das práticas de cuidado. Estes sentidos estão muito presentes na categoria nativa “tomar conta”, que se refere a um conjunto de atividades consideradas boas e ruins, tais como, controlar, educar, regular e castigar. Nesse sentido, essa pesquisa se soma ao esforço de outras pesquisas, tais como a preciosa análise de Maria Victoria Castilla (2017) que analisa os castigos físicos em crianças moradoras de bairros populares de Buenos Aires como parte de um conjunto de ações de cuidado. Nessa perspectiva, situada no campo de estudos da infância, sugiro a recente coletânea publicada: “Pesquisas sobre Família e infância no mundo contemporâneo”, organizada pelas autoras Claudia Fonseca, Chantal Medaets e Fernanda Bittencourt Ribeiro (2018).

9 Nos limites desse artigo, cito os trabalhos mais recentes que analisam a atuação dos agentes

ciais de moradores e mulheres mães denunciam as ações policiais ocorridas nas favelas.¹⁰ Dentre esses atores, destaco as informações fornecidas pelo laboratório de dados “Fogo Cruzado”, que registra a morte de 16 crianças moradoras de favelas e bairros periféricos da cidade durante o ano de 2019.¹¹ Esta realidade configura um regime de “necropolítica” tal qual desenvolvido pelo filósofo Achille Mbembe (2016). Logo, estamos diante de um contexto em que a educação dos filhos inclui a preparação para transitar em meio a possibilidades reais de “trocas de tiro”, “invasões” na comunidade, ameaças de agentes policiais e dos “meninos da boca”. Além desses aspectos, acrescenta-se o aprendizado relacionado ao “andar na rua sozinho”, visto que as crianças devem assumir uma carga de compromissos de mobilidade urbana que está associada a ausência ativa de serviços de guarda, educação infantil e escolarização pública por parte dos equipamentos de Estado. Portanto, as modalidades de castigos físicos se realizam numa conjuntura na qual forças de diferentes intenções concorrem para instaurar a perspectiva que “o pior” aconteça.

Para as mulheres mães, é preciso “saber bater”. Dentro das modalidades de ação, existem, portanto, gestos toleráveis e intoleráveis. O “nervoso” não corresponde necessariamente a níveis de evolução, na qual uma “palmada” pode ascender a um “espancamento”. Assim, algumas formas aceitáveis de castigo corporal são demarcadas, “uma palmadinha”, “bater da cintura para baixo”, “bater, mas não deixar marcas”, “bater para aprender”, “bater sem culpa”, “bater sem pegar na cabeça”, entre outras formas de condução desta modalidade de ação.

Ultrapassar esses limites indica um “desequilíbrio” prejudicial a relação mãe e filho, além da possibilidade de “machucar a criança”, como explicam muitas das mães. Entendidos dentro dessa concepção, tais gestos são indicados como necessários à educação dos filhos. Para as mulheres, essas formas de tratamento são muito distintas do “espancamento” de crianças, entendido como “violência” e/ou “maus-tratos”. Estes últimos são interpretados como “descontrole” e/ou “maldade”, como foi indicado muitas vezes pelas mulheres. Uma frase comum e ouvida a todo momento entre as interlocutoras diz que: “bater é diferente de espancar”, algo sempre remetido ao domínio do incompreensível, “não dá pra

de Estado e as ações policiais em áreas de favela. As atividades envolvem remoções de casas, mortes, assassinatos, execuções e desaparecimentos de moradores (Machado e Leite, 2007. Birman, 2015. Farias, 2014, Vianna e Farias, 2011, Oliveira, 2016).

10 Cito o trabalho e ativismo desenvolvido pela “Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência”, “Maré Vive”, “Juventude de favelas na luta por direitos”, “Ocupa Alemão: Favela/Quilombo” dentre outros coletivos engajados na proteção dos moradores de áreas pobres da cidade.

11 Para mais informações sobre esses dados ver a plataforma “Fogo cruzado” na internet.

entender quem faz isso com uma criança? ”, tal qual dito por Regina, uma moradora que comentava sobre um caso em que uma criança foi morta por uma cuidadora da vizinhança.

A educação dirigida aos filhos depende também da capacidade de “aprender a ser mãe”. “Saber ser mãe” diz respeito a uma expertise na qual o manuseio da autoridade é feito de forma assertiva e “sem perder a linha”, como explica uma interlocutora. Lady, moradora do morro do São Carlos, realiza o trabalho de “tomar conta” de várias crianças vizinhas e amigas em sua casa. Certo dia, ela foi categórica sobre o tema do “nervoso” e explicou que as agressões só acontecem porque “tem mulher que não sabe ser mãe”.

Lady explica que o “saber ser mãe” não é um problema de falta de amor em relação a crianças, mas é algo que decorre do aprendizado. Esse saber é adquirido com o tempo e a capacidade de engajamento na maternidade enquanto um “dever”: “a mulher tem que aceitar ser mãe”, conforme ela explica, “muita mulher pensa que é mãe porque coloca o filho no mundo”. Nessa lógica, aprender a criar uma pessoa envolve um trabalho de aceitação da carga de compromissos de cuidados, no qual é preciso dosar uma relação de poder e “respeito”. Nesse sentido, educar e formar pessoas requer um aprendizado somente possível na experiência do dia a dia e envolve um trabalho prioritário de se conformar a condição de mãe. É por este motivo que para Lady, na maioria dos casos, “a pessoa que precisa bater já perdeu a autoridade”. Nessa chave, este recurso indicaria um esgotamento ou falência do “saber ser mãe”.

Outro elemento destacado nos discursos institucionais e dos moradores como falha das mulheres se refere à “falta de conversas” em casa. Determinados temas de difícil manejo seriam tratados a partir da “ausência de diálogo” e “na base de esporro”. A “falta da comunicação” seria um traço atribuído as mulheres moradoras de favela. A mãe de uma mulher conhecida por ser “nervosa” com os filhos me explica:

A Tânia é muito violenta, eu falo muito isso pra ela. Ela bate muito nos filhos, ela não consegue conversar, ela só quer bater. Ela acha que bater resolve. Eu falo pra ela: “Tânia, se bater melhorasse alguém, a cadeia não estava cheia, as pessoas saíam recuperadas dos presídios. Violência não resolve nem melhora ninguém”. Mas ela faz assim e eu não sei por quê, porque ela não apanhava na infância, eu nunca bati nela. Ela não tem paciência com as crianças. Eu falo: “Tânia, você tem que bater menos nos seus filhos e conversar mais. Sentar pra brincar, levar numa pracinha”, como eu fazia com elas. Mas ela não faz essas coisas.

(Denise, mãe de Tânia. Notas de campo, 13/10/2015)

Ao conversar com Tânia, ela explica que cria seus filhos sozinha e que geralmente bate neles em momentos de muita exaustão. Os dois

homens e pais de suas crianças foram mortos (as crianças são filhos de pais diferentes). Um morreu em uma briga na favela e outro foi morto na prisão. Tânia narrou alguns episódios em que os castigos nas crianças aconteceram mediante brigas e disputas entre os filhos, seja por brinquedos, por alimentos ou por se recusarem a cumprir alguma obrigação doméstica de cuidado com a casa ou os irmãos.

Ainda na chave dos “esporros” e da “falta de conversa”, algumas interlocutoras contaram sobre este aspecto a partir de memórias familiares dolorosas. Thais, mãe de dois filhos, explica essa situação a partir do momento em que foi expulsa de casa ao engravidar: “não tem conversas entre mães e filhos sobre isso, só tem esporro, sabe? Se me aparecer grávida vai sair de casa, e foi o que aconteceu comigo, minha mãe me botou pra fora de casa”, relembra a mulher.

Estas situações foram apontadas também por profissionais das instituições, ao falar sobre este aspecto, uma assistente social que entrevistei explicou que mulheres mães, ao mesmo tempo que expulsam as filhas de casa na ocasião de uma gravidez na adolescência, estimulam a união precoce de suas filhas: “Outras mães são assim, a menina faz 14, 15 anos e elas vão empurrando a filha pra ficar com homens, a filha muitas vezes nem quer isso, a cabeça dela não tá agitada pra isso, mas elas vão pensando nisso, da filha ter filho e vão vendendo as filhas”. Essa situação foi narrada a partir do ponto de vista da “negligência”, categoria acionada para significar uma forma inadequada de criar filhas adolescentes por parte de mães localizadas como “nervosas”.

O “nervoso” feminino frente a outros marcadores sociais da diferença

Pude presenciar episódios de profunda “irritação” entre mulheres e crianças, sempre expressos em momento de fadiga e exaustão feminina. Uma interlocutora chamada Gisele, reclamava com frequência do clima em sua casa, dizia que não aguentava mais viver do modo em que as situações domésticas se davam. O motivo de sua insatisfação dizia respeito à convivência com as crianças em casa, com a sua filha, que posteriormente foi morar com o pai, e em especial, com a filha do seu esposo que ela cria. Gisele diz que a rotina com a garota de 10 anos é insuportável, a menina não aceita a sua “autoridade”. Seu marido, o pai da criança, passa o dia todo na oficina mecânica onde trabalha e diz não entender o que acontece dentro de casa. Ela conta que sua enteada é muito “abusada” e, para me “provar os fatos”, saca um celular do bolso e mostra um vídeo que havia feito recentemente.

A cena filmada mostra uma criança sentada no meio da sala, a televisão ligada em volume alto. No centro do ambiente a menina está sentada, chorosa e descabelada. Num dado momento, a criança pega uma sandália havaiana e lança contra sua madrasta. Em seguida, irritadíssima, a menina se levanta, joga a mochila no chão, empurra os móveis e chuta alguns objetos. Gisele filma esse momento enquanto narra o próprio vídeo que fez dizendo: “vejam vocês, eu cheguei em casa e é essa situação que eu passo, agora como lidar assim com uma criança descontrolada?”. Com o vídeo, Gisele objetivava ter “provas” para que as pessoas acreditassem “naquilo que eu passo”. Ela finalizou a conversa e disse que nunca bateu na menina porque “em filho dos outros não se mete a mão”, por este motivo, a filmagem era uma forma de expor a situação e desta maneira lidar com a “irritação” sentida.

Na posição de “madrasta”, Gisele não pode proceder da forma que faz com sua filha “de sangue”, categoria atribuída aos filhos biológicos. Nesse contexto, bater nos “filhos dos outros” diz respeito a um limite forte, no qual o castigo físico só pode ser empreendido pela “mãe de verdade”. Mulheres que se ajudam no cuidado dos filhos, podem compreender as crianças, orientar, gritar e educar, porém o gesto do castigo físico é algo do domínio das relações de sangue, exercido sobretudo entre mãe e seus filhos. Segundo as mulheres mães, não é bom que um pai bata no filho, “porque o homem é forte e pode machucar a criança”. Essa indicação, muito comum ouvida durante o trabalho de campo, indica uma legitimidade social das mulheres na execução dos castigos corporais nas crianças.

Outras mães recriminam o uso de qualquer tipo de castigo físico no trato com os filhos. Certo dia, acompanhei uma cena de repreensão na qual uma mãe foi chamada pela diretora na escola. Essa convocação foi motivada porque seu filho estava ameaçando algumas crianças no colégio. As ameaças faziam alusões às facções do comércio de drogas local. Durante o encontro, a mãe do menino escuta a diretora muito atenta. Em dado momento, a mãe calmamente pede licença à diretora e se volta firme ao menino, conforme o diálogo abaixo:

O que você falou pra mim em casa? Que tinha um menino fazendo isso com você, né? E que você não estava fazendo isso. Você disse que o menino era da rua. Agora eu fico sabendo que o menino é da escola. O que eu te ensino em casa? Que é pra você bater nas pessoas? Você nunca apanhou. [Nesse momento ela se vira para a diretora e para mim.] Olha, eu faço *muay thai* e a gente usa o esporte de outra maneira, não é para arrumar briga na rua, essa é a nossa prática, de não se envolver em confusão. Outro dia eu estava até na rua e uma mulher arrumou uma confusão pra cima de mim e eu podia ter dado nela, mas virei, saí e fui embora, porque não é assim que a gente faz.

“Aí eu não aguentei e explodi”. A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as...

[Volta-se novamente para o menino] E você fazendo isso na escola? Que vergonha... Pode continuar a falar, diretora.

(Léia, mãe de Rodrigo. Notas de campo, 24/06/2015)

Após mais algumas palavras da profissional da escola, o menino abaixou a cabeça completamente envergonhado, e sua mãe finalizou a conversa:

Que história é essa de facção? Lá em casa ninguém é bandido, o que seu irmão falou com você outro dia? Que essa briga não é sua, que você não tem nada a ver com briga de facção, de tráfico, pra você parar de ficar se ligando nessas coisas porque não tem nada a ver você se meter com isso. Não foi? Não é essa a educação que a gente te dá em casa? Então por que você continua reproduzindo essa bobagem?

(Léia, mãe de Rodrigo. Notas de campo, 24/06/2015)

Aqui, uma mãe se coloca frontalmente contra a qualquer tipo de manifestação da “violência”. A postura dessa mãe é muito importante para refletir sobre que tipos de forças atravessam a educação dos filhos, nesse caso, a menção a ação do comércio de drogas local e as disputas entre facções aparecem como actantes influentes nas formas de se educar. Estas cenas são muito comuns, nas quais mulheres contaram de dilemas sobre como proceder quando seu filho vê um projétil no chão da favela ou como agir diante de um “menino do tráfico” que chama alguma criança para fazer um favor em troca de dinheiro. Esses exemplos não são anedóticos, tampouco visam incorrer numa essencialização da violência nas favelas, mas fazem parte da realidade do “tomar conta” das crianças em contextos de periferias. Nesse sentido, é preciso entender que o “nervoso” feminino deve ser lido diante de um contexto denso de outras violências.

Cenas como as descritas acima, nas quais mulheres mães repreendem o uso da agressividade, fazem parte do mesmo quadro discursivo de que as chamadas “mães nervosas” participam. Conforme explicado pela interlocutora, a menção à prática de uma luta de combate é uma das maneiras pelas quais a mulher se coloca contra o uso da “agressividade” no cotidiano. Em outra direção, se algumas crianças são repreendidas pelo uso de “agressividade”, outras são cobradas por “não saber se defender”. Nesse sentido, uma jovem adolescente conta que foi “criada pra não apanhar na rua”:

Eu fui criada pra não apanhar na rua. Porque minha avó falava que se eu apanhasse na rua eu ia apanhar em casa. E era assim mesmo, eu apanhava na rua e apanhava em casa. Até que um dia, de tanto apanhar, eu pensei assim: cara, chega! Cansei dessa vida! Eu sabia bater, entende? Mas eu não batia, mas eu

sabia bater! Até que um dia eu revidei, no dia que aquela menina me bateu e eu caí no valão, nossa.... Eu bati muito nela! Depois também a gente pega o gosto, aí já viu.
(Tháís. Notas de campo, 07/09/2015)

A orientação sobre aprender a se defender para “não apanhar na rua” é uma ideia central para a compreensão dos modos de criar. Como dito anteriormente, este aspecto aparece associado às formas de evitação do pior e autodefesa frente a possíveis males presentes no mundo fora das casas. Em uma perspectiva semelhante, durante uma conversa sobre “surras”, Dona Mariana, umas das mulheres que se encarregam de fazer o trabalho de vaivém das crianças à escola, comenta:

Aiiiiiii, isso não! Bater não! Eu não criei meus filhos com batida. Olha, teve um dia que a minha nora bateu no meu neto e eu dei muito na cara dela, eu disse, ah! Você vai bater nele? Mas não vai mesmo! Dei nela e ela nunca mais bateu. Vê se pode? Bater no meu neto? Não, não!
(Mariana, avó de Mathias. Notas de campo, 10/10/2015)

Com estes fragmentos, vemos como esta modalidade de relação é reversível e pode ser legitimada ou deslegitimada de acordo com determinadas situações. O “bater” pode ser uma das formas de repreensão de um outro “bater”, ora pode ser inutilizado em face da sua ineficácia. “Saber revidar”, “reagir” ou “não apanhar na rua” indica que as crianças devem aprender o quanto antes a garantir a sua dignidade e proteção em meio ao cotidiano. Dependendo de cada caso, a utilização da força pode ser vista como sinal de controle da educação, assim como pode indicar o descontrole de quem utiliza. A partir destas passagens, meu objetivo é de registrar as diferentes motivações e modalidades implícitas nestas formas de relação. Neste sentido, agir através de uma educação livre de “palmadas” ou “nervoso” não diz respeito a uma escolha banal, mas consiste em um exercício reflexivo e cotidiano em meio a moralidades atravessadas por variadas relações de força.

Com base nas conversas com as mulheres, entendi que a “agressividade” evocada é parte de um campo sentimental matizado por relações de poder. Estas relações de poder dizem respeito aos agenciamentos de gênero, raça e território que procurei sinalizar até aqui. Foi muito comum ouvir o sentimento de “nervoso” aparecer relacionado a situações de tensão vividas no cotidiano do cuidado das crianças.

Assim, é preciso levar a sério as afirmações nas quais as mulheres dizem que são: “sozinhas pra tudo”. Estamos num contexto em que muitas mulheres são as únicas responsáveis pelos cuidados de seus filhos e mesmo quando as mulheres possuem companheiros, a carga de trabalho

relativa a casa e às crianças é em grande parte realizada por elas. Além da responsabilidade feminina do dever com a casa e às crianças, a moralidade local também corrobora esta percepção apontando fartos exemplos sobre de que forma as mulheres são mais responsáveis por determinadas ações que envolvem o mundo do sexo, da reprodução, dos filhos, da casa e até mesmo da contenção do comportamento masculino nos casos envolvendo assédio sexual.

Ao tentar localizar essas emoções nos corpos das mulheres, tentei registrar o movimento indicado por elas. Durante o riso inicial com o qual narravam as cenas de surras descritas acima, elas muitas vezes indicavam o sentimento de “raiva” ao lembrar de algumas cenas. A “raiva” é descrita como sentida no interior de seus corpos, capaz de fazer “ficar cega”, tamanha intensidade. Esta “raiva” é também descrita como uma força que “sobe até a cabeça”, ocasionando a explosão de “nervoso”.

O movimento do “nervoso” nos corpos recebe formas de localização importantes de serem refletidas; por vezes é descrito como impossível de ser compreendido ou localizado, outras vezes aparece associado ao sentimento de ser a principal responsável pelo cuidado dos filhos, em outras vezes, surge como uma força capaz de possuir as mulheres e tirá-las da “razão”. De acordo com as categorias fornecidas por muitas delas, o “nervoso” também é narrado como “uma bomba”, levando a “explosão” das mulheres. Dado o potencial explosivo desses momentos, algumas mulheres disseram que preferem não bater nos filhos, pois das vezes que fizeram perderam o controle dos gestos e causaram situações nas quais as crianças saíram machucadas. Por isso que muitas delas advertem; “é melhor não bater”, dada a possibilidade de “perder o controle” e posteriormente lidar com o sentimento de “remorso”.

Nesse sentido, algumas cenas do cotidiano doméstico podem ultrapassar alguns limites aceitáveis de castigos que acarretam o sentimento de “culpa” e “arrependimento”. Certa vez, uma interlocutora chamada Mara narrou uma cena na qual havia pedido diversas vezes para seu filho “parar de atazanar” em casa. A criança não parava de correr pelos quatro cantos do ambiente, derrubando objetos e causando forte aflição em sua mãe. De tanto pedir para a criança parar, sem qualquer sucesso, Mara lançou o primeiro objeto que estava em sua frente. Um acessório de plástico para guardar ovos na geladeira atingiu a cabeça da criança, fazendo com que esta se machucasse e chorasse muitíssimo. Mara lembra que aquele dia sentiu muito “remorso”.

Outra interlocutora narrou uma cena semelhante, na qual a filha experimentava roupas em frente a um espelho ancorado no chão. Patrícia temia que a criança caísse no espelho e se cortasse. Pedia de forma insistente que a filha não ficasse tão próxima do objeto, mas a criança

ignorava seus pedidos. Naquele dia, disse ser tomada por um “nervoso” que invadiu seu corpo e sem pensar, atirou um sapato em direção a criança. O sapato atingiu a cabeça da menina causando um pequeno corte perto do olho. A menina foi levada ao hospital. Patrícia contava esta cena num misto de “indignação com arrependimento”.

Outro interlocutor adolescente explica que sua mãe é “muito ruim”. Luan, conta que desde criança apanha de sua mãe. Em umas das vezes que apanhou contou-me que tal fato acontecera porque ele havia apanhado na rua de outra jovem adolescente. Ao chegar em casa, sua mãe mal lhe ouviu para entender do que se tratava a situação e lhe deu uma surra de cinto. A surra deixou uma pequena cicatriz em seu rosto, acima do olho esquerdo. O jovem finalizou a conversa afirmando não suportar mais apanhar de sua mãe, pois se sentia constantemente “humilhado”.

Diante da multiplicidade dos gestos descritos é fundamental registrar que estas dinâmicas não dizem respeito somente a “agressões” entre pessoas, mulheres e crianças, mas falam daquilo que a filósofa Judith Butler aponta como o “limite do corpo”, “o fato de que o corpo de uma pessoa nunca pertence somente a ela” (2015: 87). Autores como Aurel Kolnai (2013), chamam atenção para a “função histórica” de sentimentos como a raiva ou o ódio, enquanto que as antropólogas Maria Claudia Coelho e Claudia Rezende trabalham os aspectos morais da raiva (2010).

De acordo com as situações descritas, podemos sustentar que o uso da “violência” no trato com as crianças corresponde a uma ética do cuidado, um princípio de educação que visa evitar que o pior aconteça. Neste contexto, o “nervoso” é parte do campo de ações éticas e morais que orientam as práticas das mulheres no cuidado das crianças.¹² Apesar das possíveis reações provocadas, tais como “humilhação”, “culpa”, “remorso” ou “descontrole”, as mulheres afirmam o caráter necessário e produtivo dessa forma de tratamento. As ações feitas pelas mães se explicam a partir da necessidade de produzir um sujeito que “sabe se defender”, “sabe reagir” e que esteja “preparado” para o mundo.

12 Esta ação pode ser entendida a partir da ideia de “pensamento maternal” desenvolvida pela filósofa Sara Ruddick em seu livro “Maternal Thinking: Towards a Politics of Peace” (1989). A ideia é introduzida na antropologia brasileira a partir do trabalho de Nancy Scheper-Hugues (1993: 26), autora que trabalha com os efeitos da pobreza e da escassez de recursos nas práticas e moralidades das mulheres mães em situações de precariedade. Importante salientar que Scheper-Hugues recebeu muitas críticas a respeito de sua obra, em especial, no tocante a ideia de “negligência seletiva” como problematização a ideia de “pensamento maternal”. De forma breve, a antropóloga sustenta que em situações adversas às condições de vida das crianças recém-nascidas, haveria uma “negligência seletiva” direcionada a determinadas crianças avaliadas como “difíceis de vingar”, esta avaliação desencadearia determinadas ausências de cuidados com as crianças intensificando as vulnerabilidades existentes. Para conhecimento dessas críticas, ver a leitura proposta por Franch e Lago (2004).

Apontamentos finais

A imagem utilizada na abertura desse artigo, mostra um grafite localizada na entrada do Morro da Mineira (Rio de Janeiro). Todos os dias, ao sair e entrar da comunidade, os moradores passam pela seguinte mensagem: “Eduquem as crianças de hoje para que amanhã não tenhamos que puni-las”. No desenho, um dos rapazes segura uma granada. A mensagem emitida aponta para a necessidade de educação das crianças, diante da possibilidade eminente da punição daqueles que são responsáveis pelo cuidado destas.

Nesse contexto, é importante enfatizar que educar é proteger. Isto quer dizer que a obrigação de educação não é algo trivial nem relativo somente a um conjunto de condução de comportamentos. As crianças devem ser protegidas em um contexto em que estas podem ser punidas pela sua existência e mobilidade, seja pelos agentes policiais do Estado, seja através das adversidades da vida ou pelo próprio poder armado local.¹³ Num contexto de violência armada e militarizada vivenciada nos territórios de favela do Estado do Rio Janeiro, nos quais os corpos negros e favelados materializam uma das estatísticas de execução mais altas do mundo, a formação de “sujeitos fortes” se alinha as observações da filósofa Angela Davis acerca dos modos de vida na escravidão.

A autora descreve como as violentas condições de humilhação e tortura vivenciadas nos regimes das *plantations*, de uma maneira irônica, criaram bases igualitárias entre homens e mulheres negros. Este aspecto aparentemente paradoxal se forjou nas duras rotinas de trabalho, nos incontáveis atos de resistência diante dos castigos aos quais homens e mulheres eram submetidos. Em meio a este contexto, mulheres combatiam as adversidades cotidianas em atos de rebeldia, seja contra a violência sexual, seja contra a degradação de seus filhos e companheiros. Submetidos a padrões cruéis de exploração e violência, mulheres e homens escravizados buscavam oferecer exemplos fortes de masculinidade e feminilidade para seus filhos. Assim, Davis analisa que a produção de “exemplos fortes” foi fundamental para sobreviver no mundo da escravidão (Davis, 2016: 31).

Ainda que autora se refira ao contexto estadunidense, faço este paralelo para indicar que a condução dos castigos físicos como estratégia de educação das crianças implica a necessidade de pensar na centralidade das relações raciais nos territórios de favelas associadas as questões de classe e gênero, uma vez que no Brasil a classe é racializada (Piscitelli,

13 Vale ressaltar que o grafite representa dois antigos “chefes do morro”. A mensagem se dirige aqueles que são responsáveis pela educação das crianças, que neste caso, diz respeito a ação feminina.

2013). Por outro lado, a escritora Audre Lorde (1984) analisa o sentimento de raiva produzido por sistemas racistas, indicando a produção de situações de exclusão, maus-tratos e violências de diferentes ordens. Para a autora, ao analisar contextos de racismo estrutural, é fundamental suspender o registro da culpa individual, uma vez que tal mecanismo esvazia a carga político-racial de determinados eventos. Em um contexto atravessado por situações de violências, vulnerabilidades e ausências ativas de serviços públicos, a culpa pode operar como uma modalidade de arrefecimento útil na preservação de estruturas de dominação das quais as pessoas moradoras de favelas estão assujeitadas. Sair da culpa individual é localizar a raiva como uma forma produtiva de ação no mundo, uma força plena de energia, informação e capacidade de transformação (1984: 45).

É necessário pontuar que a culpa individual opera também como um mecanismo de atribuição de responsabilidade/acusação a sujeitos em situação de desvantagem social. A carga de acusação e violência institucional recai sobre os principais sujeitos atingidos pelos efeitos do racismo e das desigualdades sociais, a exemplo das discussões políticas que atribuem a “violência” daqueles que utilizam castigos físicos nas crianças a um passado escravista colonial. Trata-se de uma dinâmica reversa na qual populações em situação de vulnerabilidade são responsabilizadas por opressões permanentes e sedimentadas na longa duração histórica. Nesse aspecto, as acusações de nervoso recaem de modo particularmente dramático nas mulheres mães, sobretudo, naquelas que criam seus filhos sozinhas.

Parte das brigas envolvendo mães e filhos está relacionada a necessidade de evitar com todas as forças, custe o que custar, que a violência “de fora” chegue “dentro” de casa. Ao proceder desta maneira, as mulheres mães buscam preparar seus filhos para as adversidades de um mundo duro, no qual “saber se defender” e “não apanhar na rua” diz respeito as condições mais imediatas de se manter vivo. Através de uma educação firme, mulheres buscam romper com as promessas dirigidas as crianças negras e pobres de classes populares, tratadas pelas instituições locais como crianças com potencial para o crime, a exemplo da tentativa de implantação de uma ronda policial nas creches públicas durante a pesquisa de campo. Nessa oportunidade, o policial entrevistado disse que a presença policial era fundamental para que as crianças não viessem a se tornar “um bunda suja”, nome dado em alusão aos homens que atuam no tráfico de drogas. É fundamental registrar o absurdo da tentativa de implantação da presença policial permanente nas creches, instituições nas quais às crianças possuem a idade 08 meses de nascimento até 04 anos de idade.

Nesse contexto, as crianças recebem a carga de acusação de maneira semelhante àquela à qual as mulheres estão submetidas e estão também

sujeitas a “apanhar” uma carga de tensão que decorre desse emaranhado de outras “violências”. Assim, ao reabilitar outros tipos de “violências” ordinárias, visualizamos que a própria condição da maternidade se trata de uma injunção paradoxal brutal, a qual se espera que mulheres ajam a partir de um comportamento idealizado, abstrato e romantizado num contexto em que as condições de exercício do cuidado se fazem e meio a altas doses de tensão e precariedade.

No campo das maternidades e feminilidades, se a ostentação das virtudes femininas, tais como a docilidade, a subserviência ou os comportamentos redimidos podem trazer a possibilidade do acolhimento institucional, o que dizer de mulheres que não ostentam os sinais diacríticos destas virtudes? Esta pode ser uma tentativa de compreensão frente aos profissionais das administrações e sua dificuldade em tecer uma empatia durável diante de mulheres que não performam uma narrativa virtuosa, nos termos esperados pelos agentes.

Numa certa ocasião, acompanhei uma cena na Clínica da Família em que uma mãe disse ter surrado o filho porque simplesmente não aguentava mais ouvir a criança lhe pedindo coisas que ela não tinha condições de dar. O objeto insistentemente solicitado pelo menino era um aparelho celular. Para determinadas sensibilidades, talvez não seja difícil compreender às vezes em que mães ficam “nervosas” com seus filhos, seja por falta de comida em casa, seja porque não podem dar um presente frequentemente pedido.

Entretanto, para além da empatia com determinadas marcas de vulnerabilidade, cabe questionar sobre quais os limites da responsabilização individual em cima de mulheres que estão sob um complexo engajamento em redes de cuidados. As acusações sobre as “mães nervosas”, mesmo ditas sem qualquer intencionalidade de ofender, possuem o poder de apagar os marcadores sociais da diferença expressos nas explícitas desigualdades de classe, gênero, raça e território que se materializam na vida dessas pessoas.

Em situações nas quais a “violência” é imediatamente criminalizada, sua expressão é capturada pela lógica da produção da culpa. A leitura social da raiva é geralmente feita através do desvio e da produção de estereótipos, e seu resultado final consiste em acusações sobre as mulheres; “mães nervosas”. Com base nestas considerações, podemos pensar que as diversas situações vividas pelas mulheres, acumuladas umas junto às outras através de muitas camadas, forjam um contexto de exasperação durável, que precisa ser domesticado a partir da ação que elas empreendem todos os dias para tornar o mundo habitável.

É muito significativo que a alegoria utilizada para falar do “nervoso” feminino seja a partir de uma “explosão”: “aí, eu não aguentei e explodi”.

Mulheres à flor da pele, tal como bombas, não são metáforas descoladas de um contexto em que granadas e ameaças de castigos estampam os muros de entrada de um território periférico, lugar este alvejado por diversas outras violências. Por outras violências, é importante destacar um conjunto de precariedades que são naturalizadas: a disputa de biscoito entre irmãos cuidados por uma “mãe solteira”, as crianças que acabam apanhando por tentar evadir de algum serviço doméstico em configurações familiares nas quais mulheres acumulam triplas jornadas de trabalho, as afirmações sobre a “falta de conversas em casa” ditas por profissionais entre um campo discursivo que reifica estereótipos em torno de populações pobres e negras, vistas como pessoas incapazes de dialogar ou dar carinho aos seus filhos.

Ao compreender a subjetividade como processo social, podemos refletir sobre de que maneira a figura da “mãe nervosa” é uma das formas de atualizar a vulgata popular produzida sobre a histeria feminina. Junto a esta imagem, acrescentamos outras ficções raciais e de classe, nos estereótipos comuns sobre mulheres faveladas como essencialmente “barraqueiras”, o que não deixa de remeter ao arquétipo desumanizante dos “selvagens”.

Com base no contexto descrito, cabe questionar sobre quais são as condições concretas que tornam possível o exercício das maternidades ou de outras formas de parentalidade e cuidado? Em que medida a manifestação da raiva é uma das maneiras de se opor ou resistir a um *ethos* domesticado e ideal de feminilidade “recatada”? Como podemos construir uma plataforma política que incorpore a preocupação com as redes de apoio daqueles que cuidam das crianças?

Ao refletir sobre o território demandante do cuidado, é preciso suspender o ideal de amor romântico e todos os correlatos idealizados sobre formas corretas de educação, pois em algumas situações, os castigos das crianças são uma das formas de garantir a linha de vida das famílias pobres, negras e periféricas. Nesse sentido, estamos diante dos agenciamentos de uma feminilidade polivalente que, ao mesmo tempo que entra em tensão com as outras “violências” ordinárias, encontra na criança um canal para escoamento da raiva, o que pode atualizar vivências de constrangimento ou coerção para a parte mais vulnerável da relação. Entretanto, é necessário destacar que essas dinâmicas não excluem as formas de acolhimento entendidas socialmente como cuidados; os sistemáticos gestos de atenção, amor e carinho que essas mulheres experienciam com seus filhos e outras crianças. Essas são mulheres guardiãs da vida e da proteção infantil nas comunidades periféricas, apesar de todas as forças de morte que atuam nos territórios de favela.

Referências bibliográficas

- Badinter, Elisabeth (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Becker, Howard S (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Zahar.
- Birman, Patrícia. Leite, Marcia P. Machado, Carly. Carneiro, Sandra de Sá (2015). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. FGV Editora.
- Boff, Leonardo (2017). *Saber cuidar: ética do humano–compaixão pela terra*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes Limitada.
- Butler, Judith (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Castilla, María Victoria (2017). “Maternidad, cuidados y castigos en barrios marginales e vulnerables de Buenos Aires”, *Runa*. 38. 2, pp. 37-51.
- Das, Veena (2007). *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Califórnia. Univ of California Press.
- Davis, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Dias Duarte, Luiz Fernando (1988). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Díaz-Benítez, María Elvira (2015). “O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade”, *Mana*, Vol. 21, No. 1, pp. 65-90.
- Díaz-Benítez, María Elvira (2019). “O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais”, *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, Ano 25, No. 54, pp. 51-78.
- Farias, Juliana (2014) *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGSA.
- Fernandes, Camila (2017). *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Tese de Doutorado em Antropologia, PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fonseca, Claudia (1955). *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez editora.

Fonseca, C. Medaets, Chantal e Ribeiro, Fernanda B. (2018). *Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo*. Porto Alegre, Sulina.

Franch, Mônica, Falcão, Tânia Lago (2004). “Será que elas sofrem? Algumas observações sobre Death without weeping de Nancy Scheper-Hughes”. *Política & Trabalho*. João Pessoa, Vol. 20, pp. 181-196.

Freire, Maria Martha de Luna (2008). “‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”. *História, ciências, saúde*. *Manguinhos*, Vol. 15, pp. 153-171.

Foucault, Michel (2005). *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo, Martins Fontes.

Gregori, Maria Filomena (1993). *Cenas e Queixas. Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e Prática Feminista*. São Paulo, Paz e Terra.

Gregori, Maria Filomena (2008). “Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo”, *Revista de Antropologia*, Vol. 51, No 2, pp. 575-606.

Goffman, Erving (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Rio de Janeiro. Vozes.

Hirata H. & N. A. Guimarães (2012). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo. Atlas.

Kolnai, Aurel (2013). “Ensayo sobre el odio”. en: Kolnai, Aurel, *Asco, soberbia, odio. Fenomenología de los sentimientos hostiles*. Madrid, Editora Encuentro. pp. 143-194.

Lorde, Audre (1984). *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Freedom, CA: Crossing Press.

Lugones, Maria Gabriela (2012) *Obrando en autos, obrando en vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI*. Rio de Janeiro, E-papers.

Lugones, Maria Gabriela (2017) “¿Matronato? Gestiones maternas de protección estatal”, *Cadernos Pagu*, n 51. Campinas.

Machado da Silva, Luiz Antonio; Leite, Márcia P (2007). “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”, *Sociedade e Estado*, Vol. 22, No. 3.

Mbembe, Achille (2016). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, *Revista Arte & Ensaio*, n. 32, dezembro.

Meyer, Dagmar E. Estermann (2005). “A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento”, *Revista Gênero*, Vol. 6, No. 1, pp. 81-104.

Oliveira, Rachel Barros de (2016). Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Piscitelli, Adriana (2013). *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro, Eduerj.

Rezende, Claudia B.; Coelho, Maria Claudia (2010) *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

Ribeiro, Fernanda Bitemcourt (2013). “Governo dos adultos, governo das crianças. Agentes, práticas e discursos a partir da ‘lei da palmeira’”, *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, Vol. 13, No. 2.

Salem, Tania (2006). “Tensões entre gêneros na classe popular: uma discutir como um paradigma holístico”, *Mana*, Vol. 12, No. 2, pp. 419-447.

Sorj, Bila (2013). “Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil”, *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 43. No 149. São Paulo Maio/Agosto.

Scheper-Hughes, Nancy (1993). *Death without weeping: The violence of everyday life in Brazil*. California, University of California Press.

Teixeira, Carla Costa & Souza Lima, Antônio Carlos (2010). “A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?”. em: C.B. Martins & L.F.D. Duarte (eds.), *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: Anpocs. pp. 51-95.

Vance, Carole (1982). "Pleasure and danger: toward a politics of sexuality". *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. London, Pandora Press, pp.1-27

Vianna, Adriana; Farias, Juliana. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional, *Cadernos Pagu*, No. 37, pp. 79-116

Vianna, Adriana. (2014) "Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados" In: Souza Lima, Antônio Carlos de; Garcia-Costa, Virginia (orgs.), *Margens da violência. Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros*. Brasília: ABA, pp. 209-237.